# Moneo

O BANCO DA Marcopolo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2019

E RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**

Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 30 de Junho de 2019 e de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas.

Caxias do Sul, 9 de agosto de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO

Moneo

O BANCO DA Marcopolo

# *Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras*

Aos Administradores e Acionistas
Banco Moneo S.A.

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OUTROS ASSUNTOS

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

*PricewaterhouseCoopers, Rua Mostardeiro, 800 - 9º andar, Bairro Independência, Porto Alegre-RS, Brasil 90430-000*
Telefone: (51) 3378-1700, Fax: (51) 3328-1609, www.pwc.com/br

Banco Moneo S.A.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Banco Moneo S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 9 de agosto de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

# BANCO MONEO S/A

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

*(Em milhares de Reais)*

| ATIVO | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **319.989** | **321.082** |
| DISPONIBILIDADE | 9 | 557 |
| APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ | 39.780 | 31.402 |
| Aplicação no mercado aberto (nota 4) | 39.780 | 31.402 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 222.989 | 229.505 |
| Setor Privado (nota 5.a) | 238.903 | 252.715 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e) | (15.914) | (23.210) |
| OUTROS CRÉDITOS | 34.776 | 29.087 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b) | 18.576 | 12.630 |
| Títulos e créditos a receber (Nota 5.a) | 15.118 | 13.378 |
| Outros créditos diversos (Nota 6) | 1.891 | 3.240 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.e) | (809) | (161) |
| OUTROS VALORES E BENS (NOTA 7) | 22.435 | 30.531 |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** | **334.343** | **343.212** |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 315.641 | 308.775 |
| Setor privado (Nota 5.a) | 333.824 | 337.193 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e) | (18.183) | (28.418) |
| OUTROS CRÉDITOS | 18.702 | 34.437 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b) | 15.557 | 31.577 |
| Títulos e créditos a receber (Nota 5.a) | 3.242 | 2.895 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.e) | (97) | (35) |
| **PERMANENTE** | **839** | **709** |
| IMOBILIZADO DE USO | 303 | 206 |
| Imobilizado de uso | 797 | 947 |
| Depreciações acumuladas | (494) | (741) |
| INTANGÍVEL | 536 | 503 |
| Intangível | 1.824 | 1.601 |
| Amortizações acumuladas | (1.288) | (1.098) |
| **TOTAL DO ATIVO** | **655.171** | **665.003** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BANCO MONEO S/A

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

| PASSIVO | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **175.959** | **194.230** |
| DEPÓSITOS | 401 | 10.926 |
| Depósitos interfinanceiros (Nota 8) | 401 | 10.926 |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS | 167.017 | 177.081 |
| BNDES (Nota 9) | 167.017 | 177.081 |
| OUTRAS OBRIGAÇÕES | 8.541 | 6.223 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 58 | 85 |
| Sociais e Estatutárias | - | - |
| Fiscais e previdenciárias (Nota 10) | 1.978 | 604 |
| Outras obrigações (Nota 11) | 6.505 | 5.534 |
| **EXIGÍVEL A LONGO PRAZO** | **279.574** | **285.778** |
| OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS | 279.574 | 285.778 |
| BNDES (Nota 9) | 279.574 | 285.778 |
| **RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS** | **137** | **115** |
| Receitas de exercícios futuros (Nota 13) | 137 | 115 |
| **PATRIMONIO LÍQUIDO (Nota 14)** | **199.501** | **184.880** |
| Capital | 150.000 | 150.000 |
| Reservas de lucros | 49.501 | 34.880 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **655.171** | **665.003** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BANCO MONEO S/A

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

**Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018**
*(Em milhares de Reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA | 42.846 | 45.986 |
| Operações de crédito | 41.628 | 45.101 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 1.218 | 885 |
| DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA | (12.708) | (18.295) |
| Operações de captação no mercado | (10) | (340) |
| Operações de empréstimos e repasses | (17.165) | (15.825) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.f) | 4.467 | (2.130) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA | 30.138 | 27.691 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | (14.769) | (13.318) |
| Rendas de tarifas bancárias | 401 | 612 |
| Despesas de pessoal | (6.029) | (6.105) |
| Outras despesas administrativas (Nota 17) | (3.304) | (3.410) |
| Despesas tributárias (Nota 18) | (1.142) | (1.312) |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (Nota 19) | (4.695) | (3.103) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 15.369 | 14.373 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 20) | 483 | (254) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 15.852 | 14.119 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (6.335) | (7.405) |
| Corrente (Nota 15.a) | (2.234) | 37 |
| Diferido (Nota 15.a) | (4.101) | (7.442) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE** | **9.517** | **6.714** |
| **LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE POR AÇÃO - R$** | **0,063** | **0,045** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BANCO MONEO S/A

## DEMOSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018**
*(Em milhares de Reais)*

| | | Reservas de lucros | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Capital social | Legal | Estatutária | Lucros acumulados | Total |
| **Em 31 de dezembro de 2017** | 150.000 | 7.005 | 21.161 | - | 178.166 |
| Lucro Líquido do Semestre | - | - | - | 6.714 | 6.714 |
| Destinações: | | | | | |
| Reservas de Lucros | - | 336 | 6.378 | (6.714) | - |
| **Em 30 de junho de 2018** | 150.000 | 7.341 | 27.539 | - | 184.880 |
| **VARIAÇÃO DO SEMESTRE** | - | 336 | 6.378 | - | 6.714 |
| **Em 31 de dezembro de 2018** | 150.000 | 7.596 | 29.582 | - | 187.178 |
| Lucro Líquido do Semestre | - | - | - | 9.517 | 9.517 |
| Destinações: | | | | | |
| Reversão de dividendos | | | 2.806 | | 2.806 |
| Reservas de Lucros | - | 476 | 9.041 | (9.517) | - |
| **Em 30 de junho de 2019** | 150.000 | 8.072 | 41.429 | - | 199.501 |
| **VARIAÇÃO DO SEMESTRE** | - | 476 | 11.847 | - | 12.323 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BANCO MONEO S/A
## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

**Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018**
*(Em milhares de Reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| **Lucro Líquido do semestre** | 9.517 | 6.714 |
| Imposto de renda e contribuição social | | |
| Corrente | 2.234 | (37) |
| Diferido | 4.101 | 7.442 |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | 15.852 | 14.119 |
| Movimentações que não afetam o fluxo de caixa | 15.450 | 19.532 |
| Depreciações e amortizações | 151 | 146 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (4.467) | 2.142 |
| Despesa de juros e variações monetárias da intermediação financeira | 17.175 | 16.164 |
| (Aquisição) de bens não de uso | 2.591 | 1.080 |
| **(Aumento) redução nos ativos operacionais** | (3.067) | 30.238 |
| (Aumento) redução em operações de crédito | (7.008) | 44.373 |
| (Aumento) redução em outros créditos | 3.941 | (14.135) |
| **(Redução) aumento nos passivos operacionais** | (17.924) | (43.811) |
| (Redução) Aumento em outras obrigações | (3.396) | (733) |
| Resultados de exercícios futuros | 46 | (52) |
| (Aumento) Redução em obrigações por repasse | (15.491) | (50.469) |
| (Aumento) Redução em depósitos | 1 | 10.087 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 916 | (2.644) |
| **Caixa proveniente/ (aplicado) das operações** | 10.311 | 20.078 |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | (150) | (180) |
| Aquisição de imobilizado | (150) | (180) |
| **Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa** | 10.161 | 19.898 |
| **Modificações na posição financeira** | | |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | |
| No inicio do semestre | 29.628 | 12.061 |
| No final do semestre | 39.789 | 31.959 |
| **Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa** | 10.161 | 19.898 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BANCO MONEO S/A

## Demonstrações do valor adicionado

**Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018**
*(Em milhares de Reais)*

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **Receitas** | | |
| Receitas de intermediação financeira | 42.846 | 45.986 |
| Receita de prestação de serviços | 401 | 613 |
| Outras receitas (despesas) operacionais e não operacionais | (4.212) | (3.357) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 4.467 | (2.130) |
| | 43.502 | 41.112 |
| **Recursos obtidos de terceiros** | | |
| Despesas de intermediação financeira | (17.175) | (16.164) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (2.559) | (2.642) |
| **Valor adicionado total bruto** | 23.768 | 22.306 |
| Depreciação e amortização | (151) | (146) |
| **Valor adicionado líquido produzido pelo Banco - Total a distribuir** | 23.617 | 22.160 |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| **Pessoal e encargos** | | |
| Remuneração direta | 4.233 | 4.426 |
| Benefícios | 945 | 782 |
| FGTS | 220 | 375 |
| | 5.398 | 5.583 |
| Federais | 8.082 | 9.033 |
| Estaduais | 2 | 1 |
| Municipais | 25 | 206 |
| | 8.109 | 9.240 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | | |
| Aluguéis | 593 | 623 |
| | 593 | 623 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | |
| Lucros apurados | 9.517 | 6.714 |
| | 9.517 | 6.714 |
| **Valor adicionado distribuído** | 23.617 | 22.160 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence.

# 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução nº 4.144/12 – Prounuciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual CPC 00 (R1)
- Resolução nº 3.566/08 – Redução do Valor Recuperável de Ativos CPC 01 (R1)
- Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 03 (R2)
- Resolução nº 4.534/16 – Ativo Intangível
- Resolução nº 3.750/09 e Circular nº 3.463/09 – Divulgação sobre Partes Realacionadas CPC 05 (R1)
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações CPC 10 (R1)
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro CPC 23
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente CPC 24
- Resolução nº 3.823/09, Circular nº 3.484/10 e Carta-Circular nº 3.429/10 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 25
- Resolução nº 4.535/18 – Ativo Imobilizado CPC 27
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados CPC 33 (R1)

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 09 de agosto de 2019.

# 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

## a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## b. Apuração de resultados

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

## c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos que estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

## d. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do CMN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber:

**(a) Títulos para negociação** – Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

**(b) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

**(c) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

## e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H).

As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência.

A atualização *("accrual")* das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo *("write-offs")* são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito.

## f. Ativo permanente

O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso).

O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado.

## g. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos".

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

## h. Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

**(a) Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

**(b) Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

## i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

### j. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

## 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as aplicações eram compostas como seguem:

| OPERAÇÕES COMPROMISSADAS / POSIÇÃO BANCADA | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Letra do Tesouro Nacional – LTN | 32.623 | 31.402 |
| Aplicações Interfinanceiras | 7.157 | - |
| **TOTAL** | **39.780** | **31.402** |

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN com resgate no dia subsequente.

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco.

Parte substancial das operações de financiamento são oriundas de operações de repasse BNDES.

A rubrica de “outros créditos com característica de concessão de créditos” refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Finame Leasing e operações de Desconto de Notas Promissórias.

As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido.

### a. COMPOSIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR MODALIDADE

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Empréstimos | 57.311 | 81.146 |
| Títulos descontados | 21.287 | 21.139 |
| Compror | 2.871 | 973 |
| Financiamentos | 491.258 | 486.650 |
| **TOTAL** | **572.727** | **589.908** |
| Circulante | 238.903 | 252.715 |
| Realizável a longo prazo | 333.824 | 337.193 |
| **TOTAL** | **572.727** | **589.908** |

| | | |
|---|---|---|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | |
| Circulante | (15.914) | (23.210) |
| Realizável a longo prazo | (18.183) | (28.418) |
| | (34.097) | (51.628) |
| **TOTAL LÍQUIDO** | **538.630** | **538.280** |

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Outros créditos com característica de concessão de crédito (nota 5.d) | 18.360 | 16.273 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 5.d) | (906) | (196) |
| **TOTAL LÍQUIDO** | 17.454 | 16.077 |
| Circulante | 15.118 | 13.378 |
| Realizável a longo prazo | 3.242 | 2.895 |
| | 18.360 | 16.273 |

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Total das operações de crédito e outros créditos | 591.087 | 606.181 |
| Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa | (35.003) | (51.824) |
| **TOTAL GERAL LÍQUIDO** | **556.084** | **554.357** |

As operações de aquisição de notas promissórias relacionadas nos contratos particulares de cessão de direitos sem coobrigação dos cedentes, foram reclassificadas para a conta de "descontos de nota promissória" no grupo de "outros créditos" conforme orientação do BACEN e em atendimento ao COSIF.

## b. CONCENTRAÇÃO DOS MAIORES TOMADORES DE CRÉDITO

| | CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 30 DE JUNHO | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2019 | % | 2018 | % |
| 10 maiores devedores | 63.534 | 10,75 | 79.762 | 13,16 |
| 50 seguintes maiores devedores | 156.875 | 26,54 | 170.019 | 28,05 |
| 100 seguintes maiores devedores | 150.089 | 25,39 | 154.354 | 25,46 |
| Demais devedores | 220.589 | 37,32 | 202.046 | 33,33 |
| **TOTAL** | **591.087** | **100,00** | **606.181** | **100,00** |

## c. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR VENCIMENTO

| Vencimento | Empréstimos | Títulos descontados | Compror | Financiamentos | Outros créditos c/ característica de concessão de crédito | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Vencidos | 2.329 | 55 | - | 3.860 | 244 | 6.488 | 10.574 |
| A vencer | | | | | | | |
| Até 3 meses | 8.922 | 21.189 | 2.871 | 49.719 | 10.462 | 93.163 | 89.905 |
| De 3 a 12 meses | 16.795 | 43 | - | 133.190 | 4.412 | 154.440 | 165.745 |
| De 1 a 3 anos | 22.130 | - | - | 223.197 | 1.735 | 247.062 | 257.710 |
| Após 3 anos | 7.135 | - | - | 81.292 | 1.507 | 89.934 | 82.247 |
| **TOTAL DA CARTEIRA** | **57.311** | **21.287** | **2.871** | **491.258** | **18.360** | **591.087** | **606.181** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (20.739) | (2.209) | (29) | (11.120) | (906) | (35.003) | (51.824) |
| **TOTAL LÍQUIDO** | **36.572** | **19.078** | **2.842** | **480.138** | **17.454** | **556.084** | **554.357** |

### d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

**D. CARTEIRA**

| | | CARTEIRA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Níveis de risco | Percentual provisão | Operações de crédito | Avais e fianças (d.1) | Outros créditos | 2.019 | 2.018 |
| AA | 0,0% | 32.594 | - | - | 32.594 | 42.344 |
| A | 0,5% | 188.117 | 5.383 | 8.761 | 202.261 | 199.073 |
| B | 1,0% | 231.928 | - | 3.190 | 235.118 | 189.262 |
| C | 3,0% | 50.600 | - | 4.044 | 54.644 | 87.262 |
| D | 10,0% | 15.021 | - | - | 15.021 | 34.106 |
| E | 30,0% | 23.085 | - | 2.365 | 25.450 | 7.471 |
| F | 50,0% | 17.188 | - | - | 17.188 | 14.512 |
| G | 70,0% | 6.321 | - | - | 6.321 | 15.938 |
| H | 100,0% | 7.873 | - | - | 7.873 | 22.284 |
| **TOTAL** | | **572.727** | **5.383** | **18.360** | **596.470** | **612.252** |

| | | PROVISÃO | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Níveis de risco | Percentual provisão | Operações de crédito | Avais e fianças (d.1) | Outros créditos | 2.019 | 2.018 |
| AA | 0,0% | - | - | - | - | - |
| A | 0,5% | 941 | 27 | 43 | 1.011 | 995 |
| B | 1,0% | 2.319 | - | 32 | 2.351 | 1.892 |
| C | 3,0% | 1.518 | - | 121 | 1.639 | 2.618 |
| D | 10,0% | 1.502 | - | - | 1.502 | 3.411 |
| E | 30,0% | 6.925 | - | 710 | 7.635 | 2.241 |
| F | 50,0% | 8.594 | - | - | 8.594 | 7.256 |
| G | 70,0% | 4.425 | - | - | 4.425 | 11.157 |
| H | 100,0% | 7.873 | - | - | 7.873 | 22.284 |
| **TOTAL** | | **34.097** | **27** | **906** | **35.030** | **51.854** |

**(d.1) Avais e fianças** - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R$ 5.383 (R$ 6.071 em 30 de junho de 2018) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de Finame, Finame Leasing e Leasing. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o montante de R$ 27 (R$ 30 em 30 de junho de 2018), classificado em “Outras obrigações”, no passivo circulante de R$ 27 (R$ 30 em 30 de junho de 2018) e exigível a longo prazo R$ 0 “zero” (R$ 0 “zero” em 30 de junho de 2018) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99.

Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R$ 8.633 (R$ 9.747 em 30 de junho de 2018), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R$ 1.136 (R$ 4.991 em 30 de junho de 2018) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R$ 1.965 (R$ 6.452 em 30 de junho de 2018). A carteira de renegociação em 30 de juho de 2019 totaliza R$ 37.674, e apresenta 52,19% (R$ 44.746 – 54,66% em 2018) de provisionamento.

### E. COMPOSIÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSAS - PCLD

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 34.097 | 51.628 |
| Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1) | 27 | 30 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 906 | 196 |
| **TOTAL** | **35.030** | **51.854** |
| Circulante | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 15.914 | 23.210 |
| Provisão para avais e fianças de liquidação duvidosa (Vide d.1) | 27 | 30 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 809 | 161 |
| **TOTAL** | **16.750** | **23.401** |
| Realizável a longo prazo | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 18.183 | 28.418 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 97 | 35 |
| **TOTAL** | **18.280** | **28.453** |
| **TOTAL GERAL DE PROVISÃO** | **35.030** | **51.854** |

### F. MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Saldo inicial | 40.633 | 54.715 |
| Baixas por perdas | (1.136) | (4.991) |
| Reversão | (4.467) | 2.130 |
| **SALDO FINAL** | **35.030** | **51.854** |

## 6. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Depósitos judiciais - Recursos cíveis/trabalhistas | 459 | 1.200 |
| Convênios a receber (a) | 1.057 | 1.725 |
| Valores a receber de clientes (b) | 215 | - |
| Outros créditos | 160 | 315 |
| **TOTAL - CIRCULANTE** | **1.891** | **3.240** |

**a. Convênios a receber**

Valores a receber de cobrança bancária a compensar em D + 1.

**b. Valores a receber de clientes**

Valores a receber de clientes referentes a despesas pagas por conta de despesas com regularização de bens recebidos em dação de pagamento de operações de crédito.

## 7. OUTROS VALORES E BENS

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso) | 40.956 | 16.270 |
| Provisão para perdas em imóveis registrados bens não de uso | (21.888) | (3.477) |
| Imóveis recebidos em dação de pagamento (bens não de uso em Regime Especial) | - | 27.144 |
| Provisão para perdas em imóveis registrados bens não de uso em regime especial | - | (16.271) |
| Veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento (bens não de uso) | 3.621 | 7.383 |
| Provisão para perdas em veículos registrados em bens não de uso | (337) | (518) |
| Despesas Antecipadas | 83 | - |
| **TOTAL** | **22.435** | **30.531** |

Os veículos retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perdas, relativas à custas de manutenção e guarda entre outros gastos vinculados à venda até a data da efetiva venda do bem. Ao final de 2018 foram realizadas revisões de provisões dos imóveis com base em laudo atualizado e também em valores praticados em leilões.

## 8. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

Os depósitos estão assim demonstrados:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Interfinanceiros | 401 | 10.926 |
| **TOTAL** | **401** | **10.926** |

Os depósitos interfinanceiros (em instituições financeiras) estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média ponderada de juros prefixada de 82,97% do CDI (80% em 2017). Os depósitos estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

# 9. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

| REPASSES | 2019 | | | 2018 |
|---|---|---|---|---|
| | Pré | Pós | Total | |
| 2018 | - | - | - | 92.118 |
| 2019 | 39.475 | 49.069 | 88.544 | 158.664 |
| 2020 | 63.310 | 84.656 | 147.966 | 110.007 |
| 2021 | 35.841 | 68.804 | 104.645 | 66.191 |
| 2022 | 22.899 | 42.399 | 65.298 | 29.988 |
| 2023 | 19.813 | 14.023 | 33.836 | 5.404 |
| 2024 | 5.474 | 775 | 6.249 | 487 |
| 2025 | 53 | - | 53 | - |
| **TOTAL** | **186.865** | **259.726** | **446.591** | **462.859** |
| Circulante | 74.657 | 92.360 | 167.017 | 177.081 |
| Exigível longo prazo | 112.208 | 167.366 | 279.574 | 285.778 |
| **TOTAL** | **186.865** | **259.726** | **446.591** | **462.859** |

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Operações Pré fixadas | 186.865 | 178.904 |
| Operações Pós fixadas | 259.726 | 283.955 |
| **TOTAL** | **446.591** | **462.859** |

Os recursos internos representam captações do BNDES. Essas obrigações têm vencimentos mensais até maio de 2025, com incidência de encargos financeiros nas operações pré fixadas à uma taxa média ponderada de 8,02% ao ano e nas operações pós fixadas à uma taxa média ponderada de 1,85% ao ano, a qual é adicionada da variação da taxa TJLP 6,26% ao ano (57,66% das operações Pós) ou adicionada da variação da taxa Selic 6,40% ao ano (3,82% das operações Pós) ou adicionada da variação IPCA 9,94% ao ano (38,52% das operações Pós). Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia destes recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

# 10. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Imposto de renda | 776 | - |
| Contribuição social | 544 | - |
| Outras | 658 | 604 |
| **TOTAL – CIRCULANTE** | **1.978** | **604** |

# 11. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Provisões para pagamentos a efetuar (a) | 4.308 | 3.170 |
| Provisões para contingências (nota 12) | 1.822 | 1.736 |
| Provisões para avais e fianças de liquidação duvidosa (nota 5.d) | 27 | 30 |
| Operações de crédito a liberar (b) | 173 | 237 |
| Recebimentos antecipados de operações de créditos | - | 278 |
| Outras (c) | 175 | 83 |
| | 6.505 | 5.534 |
| Circulante | 6.505 | 5.534 |
| Exigível a longo prazo | - | - |

**a)** Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R$ 3.773 (R$ 2.572 em 2018).

**b)** As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de pagamento a clientes, no prazo médio de três dias.

**c)** O valor em "outras" refere-se, sobretudo, a retenções de pagamentos a cliente cuja liquidação está aguardando decisão judicial para ser executada.

# 12. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado em "Outras obrigações".

O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Passivos contingentes - processos cíveis | 507 | 57 |
| Passivos contingentes - processos trabalhistas | 1.315 | 1.679 |
| | 1.822 | 1.736 |

**a. Processos cíveis -** São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco.

O valor das contingências possíveis não provisionados totalizam o montante de R$ 11.881 (R$ 9.376 em 30 de junho de 2018) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 6 ações em 2019 e 4 ações em 2018.

**b. Processos trabalhistas -** tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos de empresa terceirizada contratada, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa.

# 13. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Constituídos por receitas com interveniência, com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil *"Leasing" e "Finame Leasing"* em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| 2018 | - | 75 |
| 2019 | 111 | 34 |
| 2020 | 25 | 5 |
| 2021 | 1 | 1 |
| | 137 | 115 |

# 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a. Capital social

O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R$ 150.000.000,00.

## b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva estatutária em 30 de junho de 2019 no montante de R$ 41.429 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembléia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

## c. Dividendos

Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de março de 2019, foi transferido para a conta de Reserva Estatutária o valor referente dividendos apurados no ano de 2018 conforme aprovado na Ata de Assembleia Geral Ordinária datada de 28 de março de 2019.

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Saldo anterior, em 31 de dezembro | 2.806 | (931) |
| (-) Transferência para Reserva Estatutária | (2.806) | - |
| Saldo atual em 30 de junho | - | - |

# 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a. Imposto de renda e contribuição social correntes

Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Resultado antes da tributação | 15.852 | 14.119 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a) | (6.340) | (6.354) |
| Adições permanentes no imposto corrente | (41) | (110) |
| Benifícios fiscais Vale cultura e PAT | 34 | - |
| 5% sobre Saldo Crédito Tributário 2019 (ref. alíquota CS de 20% voltar para 15%) (a) | - | (915) |
| Adicional 10% IRPJ | 12 | 12 |
| (-) Exclusão Adicional 10% 3º trimestre ref. IRPJ a compensar | - | (38) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (6.335) | (7.405) |
| IRPJ corrente | (1.379) | 16 |
| CSLL corrente | (855) | 21 |
| IRPJ diferido | (2.578) | (3.682) |
| CSLL diferido | (1.523) | (3.760) |
| | **(6.335)** | **(7.405)** |

## b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo “Outros Créditos” e é assim representado:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Diferenças temporárias | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 5.e) | 35.030 | 51.854 |
| Créditos baixados para prejuízo | 14.946 | 15.968 |
| Provisão para PLR, Bônus | 996 | 640 |
| Provisão para contingências | 1.822 | 1.736 |
| Base de cálculo negativa CS e IR | 9.870 | 16.303 |
| Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7) | 22.225 | 20.266 |
| Base de cálculo para Imposto de Renda | 84.889 | 106.767 |
| Provisão gratif. Administ. (só para Cont. Social) | 1.184 | 545 |
| Base de cálculo para Contribuição Social | 86.073 | 107.312 |
| Impostos diferidos - Imposto de renda 25% | 21.222 | 26.692 |
| Impostos diferidos - Contribuição social 15% e 20% (nota 3.g) | 12.911 | 17.515 |
| Ativo fiscal diferido | 34.133 | 44.207 |
| Ativo circulante (classificado em “Outros créditos”) | 18.576 | 12.630 |
| Realizável a longo prazo (classificado em “Outros créditos”) | 15.557 | 31.577 |

### c. Movimentação

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Saldo anterior, em 31 de dezembro | 38.234 | 51.612 |
| Crédito tributário líquido constituído/(revertido) | (4.101) | (7.405) |
| **Saldo atual, em 30 de junho** | **34.133** | **44.207** |

### d. Expectativa de realização dos créditos tributários

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

| PERÍODO | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| **2018** | - | 12.630 |
| **2019** | 17.600 | 14.343 |
| **2020** | 4.143 | 17.119 |
| **2021** | 10.819 | 58 |
| **2022** | 1.453 | 53 |
| **2023** | 118 | 4 |
| | 34.133 | 44.207 |

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2018, calculado com base na taxa média de captação de 6,40% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R$ 32.619 (R$ 36.794 em 31 de dezembro de 2017 à taxa de 6,9% a.a.).

## 16. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILÉIA)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar.

Em 30 de junho de 2019, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 25,88%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 10,50%.

## 17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Despesas de processamento de dados | 550 | 502 |
| Despesas com localização e funcionamento | 215 | 285 |
| Despesas de propaganda e publicidade | 78 | 149 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 414 | 400 |
| Despesas de serviços técnicos especializados | 611 | 809 |
| Despesas de viagem no país | 727 | 687 |
| Depreciações e amortizações | 151 | 146 |
| Custas judiciais e cartorárias de bens retomadas | 377 | 290 |
| Outras | 181 | 142 |
| **TOTAL** | **3.304** | **3.410** |

## 18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | ALÍQUOTA | 2019 | 2018 |
|---|---|---|---|
| Programa de integração social (PIS) | 0,65% | 156 | 154 |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) | 4,00% | 959 | 951 |
| Imposto sobre serviços (ISS) | 5,00% | 20 | 31 |
| Outras despesas tributárias | | 7 | 176 |
| **TOTAL** | | **1.142** | **1.312** |

## 19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Reversão provisões operacionais com veículos apreendidos | 383 | 1.021 |
| Reversão provisões para contingências fiscais e trabalhistas | 1.846 | 663 |
| Atualização saldo conta garantida e diferença pagto liberação | (2) | (34) |
| Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso) | (2.358) | (1.584) |
| Despesas com perdas ações judiciais | (2.411) | (590) |
| IOF Empréstimo e Financiamento Interveniência | (8) | - |
| Provisão de bens apreendidos (bens não de uso) | (1.728) | (2.127) |
| Provisão para contingências fiscais e trabalhistas | (417) | (452) |
| **TOTAL** | **(4.695)** | **(3.103)** |

## 20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Despesas não operacionais | (46) | (756) |
| Receitas não operacionais | 529 | 502 |
| | 483 | (254) |

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento).

## 21. PARTES RELACIONADAS

### a. Transações e saldos

O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2019 e 2018.

Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R$ 86 (R$ 77 em 30 de junho de 2018) no exercício para a Marcopolo S.A.

Em 2019 não foram pagos dividendos a Controladora.

## b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2019 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R$ 1.950. Durante o exercício findo em 30 de junho de 2019 ocorreram despesas no valor de R$ 1.039 (R$ 1.293 em 30 de junho de 2018), conforme segue:

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Remuneração - pró-labore | 655 | 611 |
| Encargos sociais | 147 | 137 |
| Benefícios agregados | 237 | 545 |
| | **1.039** | **1.293** |

A reunião do Conselho de Administração de 07 de junho 2016 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do CMN.

## c. Outras informações

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2° grau.

# 22. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2019 foi despendido em contribuições o montante de R$ 69 (R$ 70 em 2018).

O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional.

O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado.

Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1).

Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do exercício, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo. Não existiram mudanças nas premissas e característica dos planos para o semestre findo em 30 de junho de 2019 em relação àqueles vigentes em 30 de junho de 2018.

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas | (3.384) | (2.993) |
| Valor justo dos ativos do plano | 3.722 | 3.292 |
| Restrição de limite de ativo de benefício definido | (338) | (299) |
| Ativo (Passivo) líquido calculado | - | - |

## A MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO LÍQUIDO ATUARIAL É COMO SEGUE

| | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Passivo líquido no início do exercício | - | - |
| Ganho (perda) reconhecida | 8 | 6 |
| Despesas no ano | (35) | (41) |
| Contribuições reais da empresa no ano | 27 | 35 |
| Passivo líquido provisionado não revertido no período | - | - |
| Passivo líquido no final do exercício | - | - |

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

| DESPESAS | 2019 | 2018 |
|---|---|---|
| Custo de serviço corrente | 36 | 42 |
| Custo serviço passado – alterações do plano | - | - |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 144 | 137 |
| Remuneração dos efeitos reconhecimendos em ORA | (145) | (138) |
| Contribuições de funcionários | - | - |
| | 35 | 41 |

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

### a. Hipóteses econômicas

| | PERCENTUAL AO ANO | |
|---|---|---|
| | 2019 | 2018 |
| Taxa de desconto | 9,12 | 9,93 |
| Taxa de crescimento salarial | 6,50 | 6,75 |
| Inflação | 4,00 | 4,25 |

### b. Hipóteses demográficas

| | 2019 e 2018 |
|---|---|
| Tábua de mortalidade | AT 2000 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RRB 1983 |
| Tábua de entrada em invalidez | RRB 1944 |

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial foi concluída em janeiro de 2019 e realizada pelos atuários independentes Willis Tower Watson.

# 23. ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO E GERENCIAMENTO DO CAPITAL

**FINALIDADE**

Buscando aderência às exigências estabelecidas por órgãos reguladores, assim como preocupado em manter a qualidade de seus ativos, objetivando crescimento sustentável e contribuindo para um sistema financeiro saudável e responsável, o Banco Moneo implementou a Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Gerenciamento do Capital.

**RISCOS**

O não cumprimento dos procedimentos pode inviabilizar a continuidade regular das atividades da Instituição, gerando perdas financeiras e prejudicando a imagem do Banco perante aos clientes e a comunidade.

**RESPONSÁVEIS**

Todos os colaboradores.

**DEFINIÇÕES/PREMISSAS**

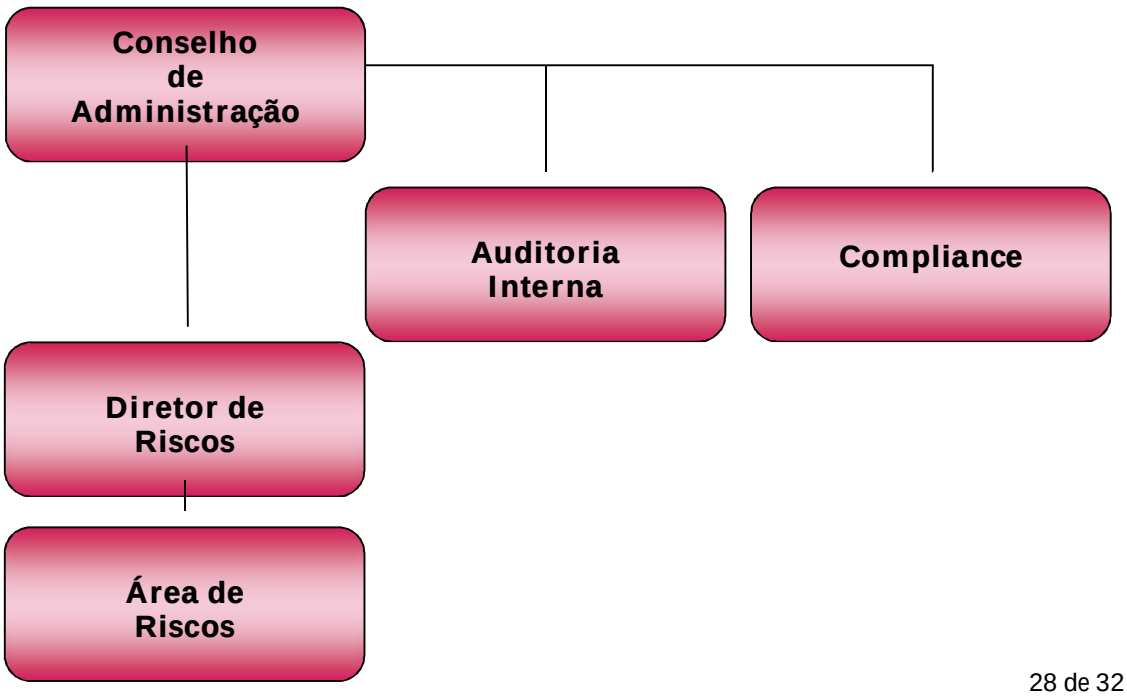
## 1. DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS (RISK APPETITE STATEMENT - RAS)

O apetite a riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição enquanto a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. A Declaração de Apetite por Riscos sintetiza a cultura de risco do Banco Moneo e orienta os processos que norteiam o planejamento estratégico. Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração que, por meio de decisões colegiadas, definem demais objetivos expressos em metas e limites para as unidades de negócio.

A instituição demonstra as atividades e controles que possui para mitigar os riscos aos quais está exposta, assim como apresenta o gerenciamento destes riscos informando a posição quanto à exposição.

A Declaração de Apetite por Riscos (Risk Appetite Statement - RAS) realça a existência de um rigoroso processo de responsabilidades nas funções operacionais, nos controles, assim como nas ações mitigatórias. É monitorada permanentemente pelos membros do Conselho de Administração assim como dissemina a cultura de riscos a toda instituição.

## 2. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS



## 3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Com a finalidade de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos, a Estrutura de Gerenciamento de Riscos possui como atribuições a identificação, avaliação e mitigação dos Riscos de Liquidez, de Crédito, Mercado, Operacional e Socioambiental.

### 3.1. Risco de Liquidez

O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

O Gerenciamento do Risco de Liquidez tem por objetivo identificar, medir, acompanhar e monitorar a possibilidade de descasamento de fluxos de caixa, afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas obrigações.

ATRIBUIÇÕES

- Aprovar as estratégias e planos para aprimorar o controle e gestão de riscos, assim como do plano de contingência.
- Propor procedimentos e mecanismos destinados ao monitoramento e controle dos riscos.
- Identificar os fatores de risco que possam impactar negativamente o fluxo de caixa e o monitoramento dos níveis diários de liquidez, assim como recomendar medidas ao Comitê de Controles Internos e Riscos, com vistas à manutenção de volumes financeiros compatíveis com o grau de risco das operações conduzidas pelo Banco.
- Acompanhar diariamente o fluxo de caixa do Banco, considerando os horizontes de 30, 60 e 90 dias, disponibilizando informações para fins de monitoramento.

### 3.2. Risco de Crédito

O Banco Moneo define Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de gestão está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com o ciclo do crédito, permitindo a adequada identificação, mensuração, controle, mitigação e reporte dos riscos de crédito.

ATRIBUIÇÕES

- Aprovar, implementar, acompanhar e monitorar a política corporativa de crédito e Gerenciamento do Risco de Crédito.
- Avaliar a qualidade da carteira de crédito.
- Analisar a inadimplência do Banco e tomar ações necessárias para recuperação de perdas esperadas e inesperadas.
- Definir os níveis de alocação de capital para crédito de acordo com limites de exposição por cliente e operação assim como as metodologias para gestão da carteira.
- Realizar os testes de estresse sobre a carteira de crédito de forma periódica e submeter o resultado para apreciação da alta administração.

### 3.3. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros.

A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócio, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos.

ATRIBUIÇÕES

- Aprovar e monitorar as políticas e estratégias para gerenciamento do risco de mercado sobre posições detidas pelo Banco.
- Validar as metodologias utilizadas, analisando o cenário político e econômico nacional e avaliar os descasamentos entre ativos e passivos, moedas e taxas de juros.

- Avaliar e fornecer parecer sobre a matriz de riscos global, apoiando a definição dos níveis de risco de mercado aceitáveis.
- Reportar periodicamente, por meio de relatórios, os cálculos e o resultado da análise do risco de mercado por meio da metodologia VaR e atender às demandas do Banco Central do Brasil com relação ao cálculo e ao envio de informações pertinentes às posições prefixadas, bem como exigência de capital (EC);

### 3.4. Risco Operacional

O Banco Moneo define Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados, ou de eventos externos.

Atendendo determinações dos órgãos reguladores bem como visando aprimorar seus controles internos, a instituição desenvolveu procedimentos para Gerenciar o Risco Operacional a qual está exposta. Este processo tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco.

ATRIBUIÇÕES

- Analisar e aprovar políticas, procedimentos e processos para monitorar o gerenciamento do risco operacional, assegurando estrutura funcional adequada às necessidades da instituição.
- Avaliar os resultados dos relatórios de Gerenciamento do Risco Operacional recomendando ajustes e alterações na estrutura, caso necessário.
- Estabelecer limites e controles do risco, reportando ao Comitê de Controles Internos e Riscos anualmente a análise dos riscos operacionais a qual a Instituição está exposta.
- Disseminar a cultura de Gerenciamento do Risco Operacional, controlando os riscos e elaborando Planos de ação com objetivo de mitigar a exposição do Banco ao Risco Operacional.
- Apurar possíveis falhas em processos e negócios, definindo políticas de conformidade e disseminando a cultura de gestão de riscos.

### 3.5. Risco Socioambiental

O Banco Moneo definiu o gerenciamento e governança do Risco Socioambiental compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio e a complexidade de serviços e produtos oferecidos.

A proteção do meio ambiente é uma gestão responsável dos recursos para a instituição, funcionários e clientes. Qualquer dano socioambiental sujeita ao Banco responder como corresponsável, por isso a importância do gerenciamento desse risco evitando prejuízos financeiros e principalmente a imagem da Instituição.

ATRIBUIÇÕES

- Elaborar políticas que garantam a observação da legislação trabalhista, especialmente aquelas relativas à saúde, aos benefícios e a segurança ocupacional.
- Realizar consultas em sites de busca informações desabonadoras dos clientes, sócios e coligadas.
- Cumprir com o disposto no Código de Conduta do Banco Moneo e das Empresas Marcopolo que abordam, entre outros assuntos, a relação com o meio ambiente, com a sociedade e fornecedores.
- Registrar em sistema específico o bloqueio de operações com pessoas e empresas julgadas por Improbidade Administrativa.

## 4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O processo de gerenciamento de capital baseia-se no monitoramento contínuo do capital mantido no Banco, alinhado aos seus objetivos estratégicos e ao planejamento de metas. Objetiva, de forma abrangente, a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais o Banco está exposto, utilizando-se de testes de estresse e simulações de condições adversas de mercado, de maneira a antecipar as necessidades de capital segundo os cenários projetados.

O Banco Moneo elabora relatórios gerenciais que são apresentados aos executivos e ao Conselho de Administração para tomada de decisões. Dessa forma é garantido que a instituição conserve níveis adequados de capital para suportar a operação. Projeta ainda informações sobre adequação de capital em situações normais e de estresse.

ATRIBUIÇÕES

- Elaborar políticas e procedimentos de gerenciamento de capital, assim como instrumentos utilizados para gestão, consoante às definições do Conselho de Administração.
- Propor mecanismos destinados a manter o capital em nível compatível com os riscos que o Banco esta exposto.

- Recomendar ao Conselho de Administração o aprimoramento das atividades de controle, especialmente as que dizem respeito à manutenção de capital em nível adequado.
- Verificar, de forma periódica, a aderência do plano de capital aos fatores de risco e realizar simulações de cenários encaminhando os resultados à Alta Administração.

## 24. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos.

## 25. SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Mauro Gilberto Bellini**
Presidente do conselho

**Carlos Zignani**
Conselheiro

**José Antonio Valiati**
Conselheiro

## DIRETORIA

**Oliver Markus D'Haese**
Diretor Superintendente

**José Antonio Valiati**
Diretor

**José Fernando Bettoni**
Diretor de crédito e cobrança

## CONTADOR

**Cleber Alexandre Bernart**

CRC/RS 81.323/O-4

Moneo

O BANCO DA Marcopolo

BANCOMONEO.COM.BR

FONE: (54) 2991 - 1000

OUVIDORIA: 0800 - 723 50 40

OUVIDORIA@BANCOMONEO.COM.BR

Moneo

O BANCO DA Marcopolo

AV. RIO BRANCO, 4889

4º ANDAR - ANA RECH

CAXIAS DO SUL - RS - 95060-145